

À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANDRADAS

Excelentíssima Senhora Prefeita Margot Navarro Graziani Pioli

À

SECRETARIA DE SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

Ilustríssima Senhora Secretária Renata Martins Couto

O SINDSEPMA – Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Andradadas, por seu Representante Legal que esta subscreve, vem manifestar e requerer o que se segue:

No dia 06/01/2026 ingressou no ordenamento jurídico nacional a Lei Federal 15.326, cujos objetivos constam de sua ementa e art. 1º, quais sejam, respectivamente:

“Altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para incluir os professores da educação infantil como profissionais do magistério, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para definir professores da educação infantil.”

“Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para incluir os professores da educação infantil como profissionais do magistério, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para definir professores da educação infantil.”

Por sua vez, os arts. 2º e 3º elencam as alterações implementadas nas Leis 11.738/2008 (que institui o piso salarial nacional dos profissionais do magistério da educação básica), e 9.394/ 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), respectivamente:

Art. 2º O § 2º do art. 2º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

§ 2º Por profissionais do magistério público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, incluídos os professores da educação infantil, reconhecendo o princípio da integralidade entre cuidar, brincar e educar, independentemente da designação do cargo ou da função que ocupam, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 3º O art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 61. (...)

§ 2º São considerados professores da educação infantil, devendo ser enquadrados na carreira do magistério, independentemente da designação do cargo que ocupam, os que exercem função docente e atuam diretamente com as crianças educandas, com formação no magistério ou em curso de nível superior e aprovados em concurso público.”

Por fim, o art. 4º determina a respectiva regulamentação de seus termos pelo Ente responsável por sua implementação, enquanto o art. 5º determina a entrada em vigor na data de sua publicação:

Art. 4º O disposto nesta Lei será regulamentado por ato do Poder Executivo do ente responsável por sua implementação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Já é antiga a luta desta Entidade de Classe, no sentido de valorização dos(as) servidores(as) que exercem o cargo de **Educador Infantil** no âmbito do Município de Andradas, e a inovação legislativa federal chancela o direito de referidos profissionais serem considerados PROFISSONAIS DO MAGISTÉRIO e enquadrados como tal no respectivo plano de carreira, eis que passam expressamente a serem reconhecidos como **PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL** (independentemente da designação do cargo ou função que ocupam).

Com a entrada em vigor da lei, é de Direito referido reconhecimento e respectiva implementação dos benefícios legais, a exemplo, inclusive, o piso salarial respectivo.

Destarte, sem delongas, é o presente requerimento para requerer a imediata implementação da Lei Federal 15.326/2026 no âmbito do Município de Andradas, **PARA TODOS OS FINS DE DIREITO E A TÍTULO URGENTE**, de modo que os(as) servidores(as) exercentes do cargo de Educador Infantil e abrangidos(as) pelo regramento não sofram quaisquer prejuízos – sejam financeiros ou funcionais –, de modo a operar suas consequências já para o mês de fevereiro que se aproxima, quando se inicia o ano letivo de 2026.

Pede deferimento.

Andradas, 12 de janeiro de 2026.

MTS

SINDSEPMA – Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Andradas

MARCELO TOBIAS DA SILVA

Presidente